

Revisão salarial será enviada ao Congresso

APÓS 11 DIAS DE GREVE NO RIO, CATEGORIA OBTÉM A PRIMEIRA CONQUISTA

Foto: Henri Figueiredo

A greve surtiu efeito. Em sessão administrativa realizada em 2 de dezembro os ministros do Supremo aprovaram o Plano de Carreira dos servidores do Judiciário Federal, com reajuste total de 56,42%, incluindo gratificações. O objetivo da proposta é minimizar a defasagem de remuneração dos cargos, evitando a evasão de servidores para outras carreiras dos demais Poderes, o que apenas no STF gira em torno de 20% a 23% atualmente. O plano passou por ajustes em virtude de restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal mas manteve o artigo que “evita” que a remuneração de um servidor em fim de carreira alcance o subsídio de um juiz substituto. A categoria, em todo o país, é contra o artigo 18 e vai lutar para derrubá-lo no Congresso – onde o anteprojeto deve chegar ainda na primeira quinzena de dezembro.



TRT da Lavradio: servidores na assembleia da manhã de 3 de dezembro que decidiu pela suspensão da greve e pela entrada em estado de greve até se confirmar o envio do anteprojeto de revisão salarial ao Congresso Nacional. A grande adesão ao movimento grevista no TRT e no TRE Sede deu impulso importante na mobilização da categoria dos servidores do Judiciário Federal no Rio. Pela primeira vez na história do sindicato as paralisações ocorreram simultaneamente em cinco foros da capital. Na Justiça Federal da avenida Venezuela, na SJRJ da Rio Branco e no TRF a adesão à greve também foi intensa.

Ajude o sindicato a obter mais vitórias, filie-se já!

Roberto Ponciano*

O Sisejufe conseguiu mais uma de inúmeras vitórias. Não é à toa que o Sisejufe saiu de cerca de 2,8 mil filiados, em 2004, para exatos 4.484 até o fechamento desta edição, em 7 de dezembro. Ou seja, é o sindicato que mais cresce em filiação em todo o Brasil.

Isso se dá pela confiança crescente da categoria na direção sindical. Em junho de 2009, a empresa de comunicação Interlig realizou, sob a coordenação de uma socióloga especialista em pesquisas de opinião, a mai-

or aferição científica sobre a categoria dos servidores do Judiciário Federal no Rio. A pesquisa apontou que 57% da categoria considera a atual direção boa ou ótima. Os servidores só avaliaram assim a direção pela atuação diferenciada na política sindical, porque a direção leva a luta até o fim, não esmorece, organiza e sabe combinar o perfil autônomo, de luta, atuante e não extremista, com uma reorganização administrativa que quitou dívidas, registrou o sindicato e requalificou o Departamento Jurídico e a Imprensa.

Em função dos investimentos em apuração, cobertura jornalística, fotografia, ilustração, reportagens exclusivas e com a manutenção da periodicidade, nossa Imprensa Sindical foi se diferenciando no país e, para muitos sindicatos co-irmãos e outras categorias profissionais, é considerada referência em forma e conteúdo voltado à classe dos trabalhadores, em especial do setor público. A pesquisa de junho já apontava que a Imprensa era aprovada por mais de 60% da categoria e mais de 90% dizia receber com frequência informações do sindicato.

E o resultado das lutas? Entrei no sindicato e o vencimento básico de um técnico em início de carreira, em 2001, antes do segundo PCS, era pouco mais de R\$ 400. Hoje é por volta de R\$ 4 mil. Que sindicato, que categoria, teve aumento parecido em oito anos? Não conheço nenhum outro.

Também temos um Jurídico super ativo, gratuito para atendimento administrativo (o sindicalizado só paga custas) e que tem grande desconto para ações cíveis individuais. Além disso, temos um clube de vantagens nos convênios, onde há até uma rede de pousadas de nível nacional e

internacional com preços imbatíveis. Há cursos promovidos pelo sindicato em sua própria sede e muitos outros, inclusive de pós-graduação, através de convênios. Há também o plano de saúde Unimed-Sisejufe, cujas excelentes condições atraem cada vez mais servidores.

Vale a pena filiar-se ao Sisejufe. Filie-se já! Basta baixar a ficha em nossa página de internet, assiná-la e enviá-la ao sindicato. A luta do novo PCS só é possível por causa dos sindicalizados.

*Diretor do Sisejufe.

LEIA TAMBÉM

Passeata na Rio Branco fortaleceu a greve no Rio de Janeiro

Página 3

O projeto de revisão salarial e a tabela. Confira também a comparação com o PCS3

Páginas 4 e 5

As imagens da maior passeata da categoria na tarde de 26 de novembro

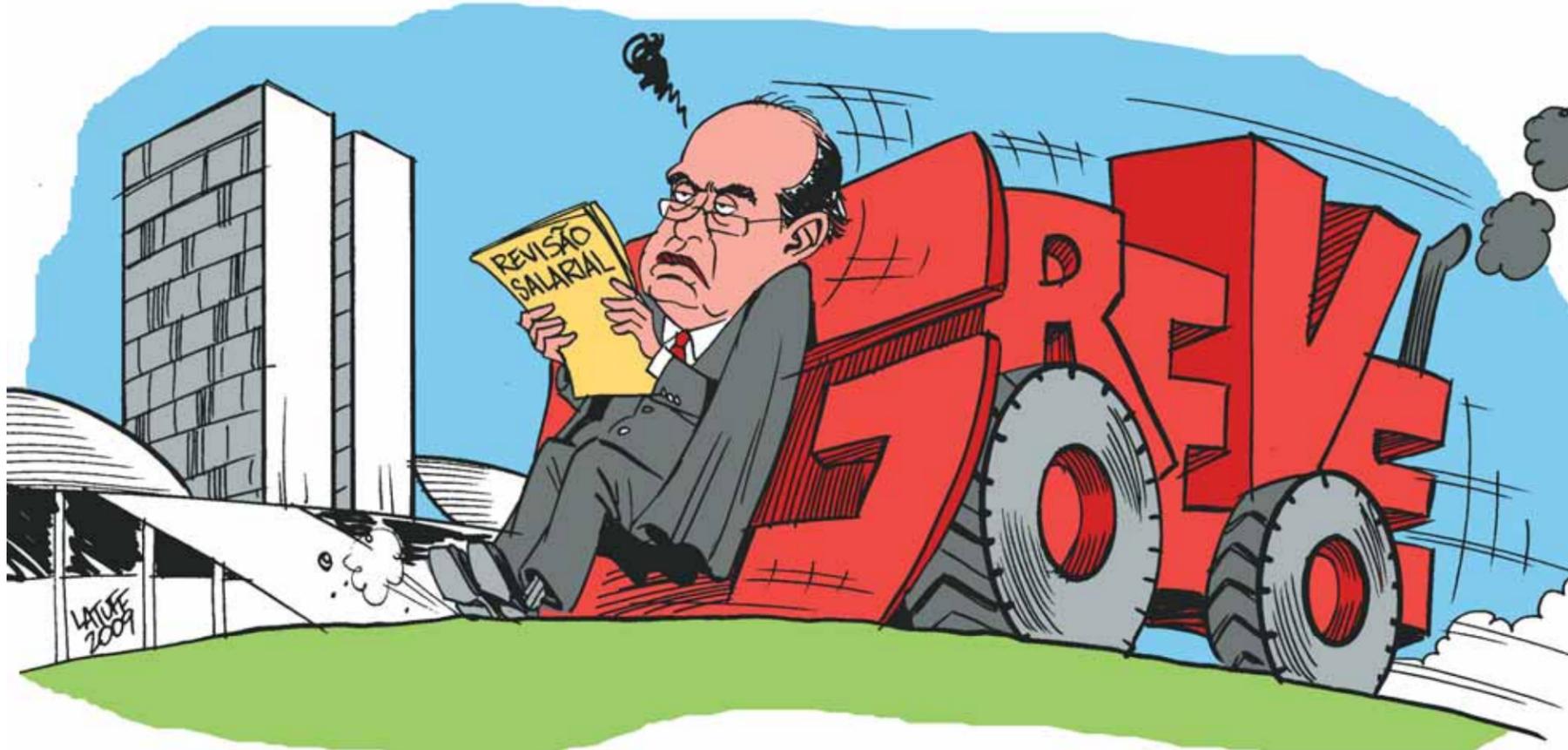
Páginas 6 e 7

A cobertura das assembleias que decidiram pela suspensão da greve

Página 8

Sindicato abriga importante curso de formação da CUT Rio

Página 9



Projeto de revisão salarial passa na sessão administrativa do STF e seguirá para o Congresso

Roberto Ponciano*

Depois de muita luta, piquete, mutirão, passeata, esforço de toda a categoria em todo o Brasil, conseguimos nosso esforço. Nosso projeto de revisão salarial tão sonhado finalmente virou anteprojeto de lei.

Cada um e cada uma que lutou, sofreu, sonhou, ficou encharcado de chuva e queimado de sol batalhando pelo projeto, cada grevista sonhador em particular está de parabéns.

O envio final do projeto é o resultado de uma teia tecida por muitas mãos e põe em xeque definitivamente a ideia absurda de que a luta, a paralisação, o engajamento, a greve, não são capazes de determinar os rumos de nossa carreira.

Está de parabéns também a diretoria do Sisejufe, que pela primeira vez na história conseguiu parar, ao mesmo tempo, cinco grandes fóruns no Rio de Janeiro. Justiça Federal Rio Branco e Justiça Federal Venezuela, Tribunal Regional Eleitoral (Sede), Tribunal Regional Federal e Justiça do Trabalho, foro da rua do Lavradio.

Dois tribunais merecem menção especial. Ambos por terem feito a primeira greve por tem-

po indeterminado da sua história. O Tribunal Regional Eleitoral (Sede), que parou durante todo o período da greve por tempo indeterminado e a Justiça do Trabalho foro da rua do Lavradio, que pela primeira vez em sua história parou em uma greve por

A caminhada é longa, cansativa e serão, com certeza, dezenas de dias de greve para que o projeto tramite em todas as comissões das duas casas do Congresso.

tempo indeterminado e chegou, em um dia, a fechar 50% dos balcões de todos os cartórios. Mais de 350 servidores deste fórum participaram da maior passeata da história do sindicato: 1,1 mil pessoas lutando pela revisão na avenida Rio Branco.

Por todo este esforço de organização, estamos todos, base e direção, de parabéns pela luta empreendida.

Todavia, esta luta é apenas o

início da nossa caminhada. Os tribunais com luta mais antiga, como Justiça Federal Rio Branco e Venezuela, e Tribunal Regional Federal, que sempre foram vanguarda de nosso movimento, e os que começaram a participar da luta agora, ambos, tem que ir pela mesma cartilha, pela lição já aprendida em outras lutas. A caminhada é longa, cansativa e serão, com certeza, dezenas de dias de greve para que o projeto tramite em todas as comissões das duas casas do Congresso, muito *lobby*, organização, fé na vanguarda do movimento, que soube tão bem levar à vitória todas as últimas lutas nossas.

Esta primeira greve é a batalha inicial de uma grande guerra pela valorização de nossa carreira, guerra recém começada e que vamos vencer com muita organização, disciplina, disposição de luta.

O novo PCS só vai ser vitorioso se todos e todas souberem como lutar até o fim, sem desistir sem esmorecer, como sempre foi. Ele é o primeiro passo na construção de nosso tão sonhado Plano de Carreira.

Ousar lutar, ousar vencer!

*Diretor do Sisejufe.

O direito constitucional de greve contra as regulamentações restritivas e o corte remuneratório

Rudi Cassel*

A experiência da greve recente dos servidores do Poder Judiciário da União, pautada na necessidade de alteração dos institutos remuneratórios da Lei 11.416/2006, que ainda colocam o servidor do Judiciário abaixo de várias carreiras do Poder Executivo e Legislativo, trouxe várias lições importantes.

O movimento paredista, única forma de efetivo exercício do poder de negociação conferido aos trabalhadores, surge quando esgotadas as instâncias ordinárias de acordo,

Por integrar o processo de absorção constitucional dos direitos sociais, conjunto de garantias criadas para evitar os problemas que levaram à 2ª

Guerra Mundial, o direito de greve não pode ser suprimido por regulamentos e atos administrativos tendentes a desestimular o seu exercício.

O movimento paredista, única forma de efetivo exercício do poder de negociação conferido aos trabalhadores, surge quando esgotadas as instâncias ordinárias de acordo.

É lamentável que o exercício de um direito constitucional seja objeto de radicalismos daqueles que estão encarregados da prestação jurisdicional. Felizmente, há magistrados conscientes do papel fundamental da defesa coletiva de interesses, que permite a manifestação pacífica e dirigida à obtenção de consenso sobre propostas essenciais à qualificação da força de trabalho do Poder Judiciário.

*Advogado e assessor jurídico de entidades sindicais e associativas de servidores públicos federais.

Contraponto

SISEJUFE: Filiado à FENAJUFE e à CUT
SEDE: Av. Presidente Vargas 509/11º andar
 Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20071-003
TEL./FAX: (21) 2215-2443
PORTAL: <http://sisejufe.org.br>
ENDEREÇO: imprensa@sisejufe.org.br

DIRETORIA: Angelo Canzi Neto, Dulavim de Oliveira Lima Júnior, Gilbert de Azevedo Silva, João Ronaldo Mac-Cormick da Costa, João Souza da Cunha, José Fonseca dos Santos, Leonardo Mendes Peres, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Luiz Carlos Oliveira de Carvalho, Marcelo Costa Neres, Marcio Loureiro Cotta, Marcos André Leite Pereira, Maria Cristina de Paiva Ribeiro, Mariana Ornelas de Araújo Goes Liria, Moisés Santos Leite, Nilton Alves Pinheiro, Og Carramilho Barbosa, Otton Cid da Conceição, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior, Valter Nogueira Alves, Vera Lúcia Pinheiro dos Santos e Willians Faustino de Alvarenga. **ASSESSORIA POLÍTICA:** Márcia Bauer.

REDAÇÃO: Henri Figueiredo (MTb 3953/RS) – Max Leone (MTb RJ/19002/JP) – **ILUSTRAÇÃO:** Latuff – **DIAGRAMAÇÃO:** Deisedóris de Carvalho **CONSELHO EDITORIAL:** Roberto Ponciano, Henri Figueiredo, Max Leone, Márcia Bauer, Valter Nogueira Alves, Nilton Pinheiro – **EDIÇÃO:** Henri Figueiredo.

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas a edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita a aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.



Impresso em
 Papel Reciclado.
 8,6 mil exemplares.
 Gráfica e Editora
 Minister

Grande manifestação na Rio Branco impulsionou a greve

Passeata A greve foi suspensa em 3 de dezembro, após decisão do STF de enviar anteprojeto ao Congresso

Foto: Henri Figueiredo

Henri Figueiredo*

Aproximadamente 1,1 mil servidores de todas as justiças federais na cidade do Rio deram uma demonstração de força e organização na tarde da quinta-feira, 26 de novembro. Com o impasse do não envio do anteprojeto de revisão salarial da categoria para o Congresso Nacional e com o fato de o presidente do Supremo Gilmar Mendes ter se rendido às pressões de uma “frente associativa” de magistrados – contrária ao aumento dos servidores – e engavetado a proposta de reajuste, não houve outra alternativa senão a declaração de greve no Judiciário Federal nacional. Os servidores fizeram a maior passeata da história do sindicato com exatas duas horas de duração. Os manifestantes saíram da Candelária às 15h22min e pararam uma hora depois para uma manifestação em frente à JF da Rio Branco. Após breves discursos, o grupo prosseguiu em direção ao TRE na avenida Presidente Wilson, onde aconteceu o ato final, às 17h22min. [Fotos na Pág. Central]

Do dia 23 de novembro, início da greve na maioria dos locais de trabalho no Rio, até a suspensão do movimento grevista, em 3 de dezembro, a mobilização cresceu a cada dia no Rio de Janeiro. Nos dias 11 e 12 de novembro, houve inicialmente uma paralisação de 48 horas. A partir disso, e com posterior decisão de greve por tempo indeterminado, a diretoria do sindicato e centenas de servidores engajados na luta mobilizaram mais e mais colegas no sentido de paralisar as atividades nas varas e cartórios e, assim, sepultar as estatísticas da Meta 2.

O movimento teve piquetes e manifestações diárias em frente às Justiças Federais da avenida Rio Branco e Venezuela, no TRE Sede (av. Presidente Wilson), no TRT da rua do Lavradio e no TRF da rua do Acre e só foi suspenso, em 3 de dezembro, porque na noite anterior, em sessão administrativa do Supremo, houve a decisão de enviar o anteprojeto ao Congresso. A expectativa é de que o envio aconteça até o dia 10 de dezembro.



*Da Redação.

O sindicato somos nós: caminhada da Candelária até a avenida Presidente Wilson transcorreu em exatas duas horas com cerca de mil participantes

TRT do Rio informa sobre procedimentos para reconhecer uniões homoafetivas

O presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 1ª Região, desembargador federal Aloysio Santos, respondeu a ofício do Sisejufe informando os procedimentos adotados por

aquele tribunal no sentido de reconhecer a união civil homoafetiva para fins de dependência legal.

No ofício GP 1630/2009, Santos informa que o TRT admite o reconhecimento da união civil homoafetiva para fins de concessão de pensão Post mortem, desde que comprovada a estabilidade da união, com a apresentação de do-

cumentos probantes como, por exemplo, comprovação de residência comum; e declaração de duas testemunhas com firma reconhecida que atestem o tempo de convivência do(a) servidor(a) e seu(sua) companheiro(a).

De acordo com o presidente do TRT, no que tange ao reconhecimento da união civil homoafetiva

para fins de participação do Programa de Assistência Médica Complementar, há proposta de alteração da Resolução Administrativa nº 4/1995, tratada no Processo TRT-PA-2072-2006-000-01-00-0, pendente de apreciação pelo Órgão Especial do tribunal, em que se pretende a previsão do companheiro(a) de união civil

homoafetiva como beneficiário-dependente do Programa Complementar de Assistência à Saúde. Santos, no documento, conclui afirmando que, “em que pese a ausência de previsão legal, este E. TRT já está adotando políticas administrativas no sentido de reconhecer de forma igualitária os efeitos da união estável à união entre pessoas do mesmo sexo”.

Conheça a minuta do projeto de revisão salarial

PCS Confira também a tabela com os 56,42% de reajuste no vencimento básico

O texto, aprovado pelo Supremo, prevê reajuste de 56,42%, incluindo gratificações. O percentual ficou abaixo dos 80,17% previstos inicialmente. O motivo do recuo: a pressão de juízes, que temiam ver servidores ganharem mais que magistrados iniciantes. O impacto orçamentário deve ser de R\$ 4,5 bilhões.

MINUTA DE PL

LEI Nº _____ DE _____ DE _____

Altera dispositivos da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, Plano de Carreira dos Servidores do Poder Judiciário da União e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O § 1º do art. 4º, o art. 11, o caput do art. 13, § 2º do art. 18 e o art. 28 da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º

§ 1º Os ocupantes do cargo de Analista Judiciário – área judiciária cujas atribuições estejam relacionadas com a execução de mandados e atos processuais de natureza externa, na forma estabelecida pela legislação processual civil, penal, trabalhista e demais leis especiais, serão enquadrados na especialidade de Oficial de Justiça Avaliador Federal.

Art. 11. A remuneração dos cargos de provimento efetivo das Carreiras dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário é composta pelo Vencimento Básico do cargo e pela Gratificação Judiciária – GAJ, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.

Art. 13. A Gratificação Judiciária – GAJ será calculada mediante aplicação do percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre o Vencimento Básico do servidor.

Art.

18. § 2º Ao servidor integrante das Carreiras de que trata esta Lei e ao cedido ao Poder Judiciário, investido em Cargo em Comissão, é facultado optar pela remuneração de seu cargo efetivo ou emprego permanente, acrescida de 65% (sessenta e cinco por cento) dos valores fixados no Anexo III desta Lei.

Art. 28. O disposto nesta Lei aplica-se, no que couber, aos aposentados e pensionistas, nos termos da Constituição Federal.

Art. 2º A Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, fica acrescida do seguinte artigo:

Art. 18-A A soma do maior Vencimento Básico do cargo de Analista Judiciário com a respectiva Gratificação Judiciária – GAJ não poderá ser superior a 75% (setenta e cinco por cento) do subsídio de Juiz Federal Substituto.

Art. 3º O Supremo Tribunal Federal e o Conselho Nacional de Justiça, em conjunto com os Tribunais Superiores, o Conselho da Justiça Federal, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios deverão, no prazo de um ano, a contar da publicação desta lei, reduzir os gastos com as funções de confiança do Poder Judiciário da União, mediante a racionalização de suas estruturas administrativas.

Art. 4º O enquadramento previsto no art. 5º da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, estende-se aos servidores dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário da União que ocupavam as classes "A" e "B" da Categoria de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, com efeitos financeiros a contar da data de publicação desta Lei, convalidando-se os atos administrativos com este teor, observados os enquadramentos previstos no art. 4º e no Anexo III da Lei nº 9.421, de 24 de dezembro de 1996, no art. 3º e no Anexo II da Lei nº 10.475, de 27 de junho de 2002, e no art. 19 e no Anexo V da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006.

Art. 5º As carteiras de identidade funcional emitidas pelos órgãos do Poder Judiciário da União têm fé pública em todo o território nacional.

Art. 6º As despesas resultantes da execução desta Lei correm à conta das dotações consignadas aos Órgãos do Poder Judiciário no Orçamento Geral da União.

Art. 7º Os anexos II e IV de que trata a Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, passam a ser os constantes dos anexos I e II, respectivamente, desta Lei.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO II

(Anexo IV da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006)

FUNÇÃO COMISSIONADA	VALOR (R\$)
FC-6	3.072,36
FC-5	2.232,38
FC-4	1.939,89
FC-3	1.379,07
FC-2	1.185,05
FC-1	1.019,17

ANEXO I

(Anexo II da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006)

CARGO	CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO
ANALISTA JUDICIÁRIO	C	15	10.883,07
		14	10.529,70
		13	10.187,80
		12	9.857,00
		11	9.536,95
	B	10	9.227,28
		9	8.927,67
		8	8.637,79
		7	8.357,32
		6	8.085,96
	A	5	7.823,41
		4	7.569,38
		3	7.323,60
		2	7.085,91
		1	6.855,73
TÉCNICO JUDICIÁRIO	C	15	6.633,12
		14	6.405,67
		13	6.186,02
		12	5.973,90
		11	5.769,06
	B	10	5.571,24
		9	5.380,20
		8	5.195,72
		7	5.017,55
		6	4.845,50
	A	5	4.679,35
		4	4.518,90
		3	4.363,94
		2	4.214,31
		1	4.069,80
AUXILIAR JUDICIÁRIO	C	15	3.928,39
		14	3.793,69
		13	3.663,60
		12	3.537,98
		11	3.416,66
	B	10	3.299,50
		9	3.186,36
		8	3.077,10
		7	2.971,59
		6	2.869,69
	A	5	2.771,29
		4	2.676,27
		3	2.584,50
		2	2.495,87
		1	2.410,29

Foto: Henri Figueiredo



Diretor sindical Valter Nogueira Alves (foto) apontou que, no Congresso, se deve trabalhar pela divisão do impacto orçamentário da revisão salarial em 3 ou 4 vezes, desde que não ultrapasse o período de janeiro de 2012: “Com isso estaremos contemplando a questão da Lei de Responsabilidade Fiscal”.

Confira a tabela comparativa com o PCS3

Salários Diretor do Sisejufe João Mac-Cormick desenvolveu projeção a partir da tabela aprovada no STF

Tabelas comparativas

Planilha elaborada no BrOffice.org Calc 3.1.1, software livre, utilizando ecofonte



Tabela salarial		PCS3	Aprovada no STF			
CARGO	CLASSE PADRÃO	TOTAL	VENCIMENTO	GAJ (50%)	TOTAL	Aumento
ANALISTA	C-15	10.436,12	10.883,07	5.441,54	16.324,61	56,4%
ANALISTA	C-14	10.132,16	10.529,70	5.264,85	15.794,55	55,9%
ANALISTA	C-13	9.837,05	10.187,80	5.093,90	15.281,70	55,3%
ANALISTA	C-12	9.550,53	9.857,00	4.928,50	14.785,50	54,8%
ANALISTA	C-11	9.272,36	9.536,95	4.768,48	14.305,43	54,3%
ANALISTA	B-10	8.772,33	9.227,28	4.613,64	13.840,92	57,8%
ANALISTA	B-9	8.516,82	8.927,67	4.463,84	13.391,51	57,2%
ANALISTA	B-8	8.268,77	8.637,79	4.318,90	12.956,69	56,7%
ANALISTA	B-7	8.027,93	8.357,32	4.178,66	12.535,98	56,2%
ANALISTA	B-6	7.794,11	8.085,96	4.042,98	12.128,94	55,6%
ANALISTA	A-5	7.373,79	7.823,41	3.911,71	11.735,12	59,1%
ANALISTA	A-4	7.159,02	7.569,38	3.784,69	11.354,07	58,6%
ANALISTA	A-3	6.950,51	7.323,60	3.661,80	10.985,40	58,1%
ANALISTA	A-2	6.748,07	7.085,91	3.542,96	10.628,87	57,5%
ANALISTA	A-1	6.551,52	6.855,73	3.427,87	10.283,60	57,0%
TÉCNICO	C-15	6.360,71	6.633,12	3.316,56	9.949,68	56,4%
TÉCNICO	C-14	6.175,44	6.405,67	3.202,84	9.608,51	55,6%
TÉCNICO	C-13	5.995,58	6.186,02	3.093,01	9.279,03	54,8%
TÉCNICO	C-12	5.820,95	5.973,90	2.986,95	8.960,85	53,9%
TÉCNICO	C-11	5.651,40	5.769,06	2.884,53	8.653,59	53,1%
TÉCNICO	B-10	5.346,65	5.571,24	2.785,62	8.356,86	56,3%
TÉCNICO	B-9	5.190,92	5.380,20	2.690,10	8.070,30	55,5%
TÉCNICO	B-8	5.039,73	5.195,72	2.597,86	7.793,58	54,6%
TÉCNICO	B-7	4.892,94	5.017,55	2.508,78	7.526,33	53,8%
TÉCNICO	B-6	4.750,43	4.845,50	2.422,75	7.268,25	53,0%
TÉCNICO	A-5	4.494,26	4.679,35	2.339,68	7.019,03	56,2%
TÉCNICO	A-4	4.363,35	4.518,90	2.259,45	6.778,35	55,3%
TÉCNICO	A-3	4.236,26	4.363,94	2.181,97	6.545,91	54,5%
TÉCNICO	A-2	4.112,88	4.214,31	2.107,16	6.321,47	53,7%
TÉCNICO	A-1	3.993,09	4.069,80	2.034,90	6.104,70	52,9%
AUXILIAR	C-15	3.767,06	3.928,39	1.964,20	5.892,59	56,4%
AUXILIAR	C-14	3.604,85	3.793,69	1.896,85	5.690,54	57,9%
AUXILIAR	C-13	3.449,61	3.663,60	1.831,80	5.495,40	59,3%
AUXILIAR	C-12	3.301,07	3.537,98	1.768,99	5.306,97	60,8%
AUXILIAR	C-11	3.158,91	3.416,66	1.708,33	5.124,99	62,2%
AUXILIAR	B-10	2.988,56	3.299,50	1.649,75	4.949,25	65,6%
AUXILIAR	B-9	2.859,87	3.186,36	1.593,18	4.779,54	67,1%
AUXILIAR	B-8	2.736,72	3.077,10	1.538,55	4.615,65	68,7%
AUXILIAR	B-7	2.618,87	2.971,59	1.485,80	4.457,39	70,2%
AUXILIAR	B-6	2.506,10	2.869,69	1.434,85	4.304,54	71,8%
AUXILIAR	A-5	2.370,95	2.771,29	1.385,65	4.156,94	75,3%
AUXILIAR	A-4	2.268,86	2.676,27	1.338,14	4.014,41	76,9%
AUXILIAR	A-3	2.171,15	2.584,50	1.292,25	3.876,75	78,6%
AUXILIAR	A-2	2.077,65	2.495,87	1.247,94	3.743,81	80,2%
AUXILIAR	A-1	1.988,19	2.410,29	1.205,15	3.615,44	81,8%

Cenas de um dia de luta na vida dos servidores do Judiciário

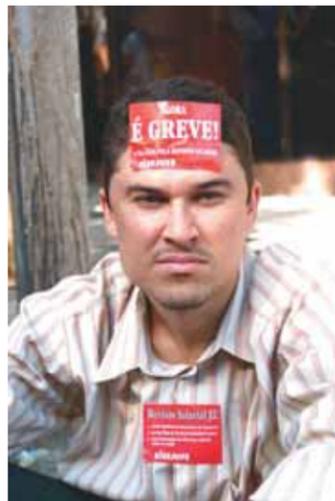
Fotografia Passeata do dia 26 de novembro representou o auge dos onze dias de paralisação

Fotos: Henri Figueiredo



Arte longa vida breve
Escravo não se escreve
Escreve só não descreve
Grita grifa grafa grava
Uma única palavra
Greve.

[Greve – Augusto de Campos]





“Sabemos que foi um processo cansativo e que gerou algumas contrariedades com companheiros que falavam da greve, diziam que apoiavam, mas não estavam aqui. Portanto, a gente tem que ter consciência que o movimento, no ano que vem, tem que ser mais forte, mais coeso e muito mais consciente politicamente para que a gente obtenha a vitória final.”

Og Carramilo Barbosa
Diretor do Sisejufe



Assembleias setoriais suspenderam a greve no Rio

3 de dezembro

Categoria se mantém em estado de greve, mas “primeiro round” foi dos servidores

Texto e fotos
Max Leone e Henri Figueiredo*

No décimo primeiro dia após a decisão de entrar em greve por tempo indeterminado, os servidores do Judiciário Federal decidiram suspender o movimento no Rio. A vitória na primeira batalha pela revisão salarial foi vencida na quarta, 2 de dezembro, com a aprovação no Supremo do anteprojeto que, agora, vai tramitar no Congresso Nacional. Na quinta, 3 de dezembro, o sindicato promoveu cinco assembleias setoriais que ratificaram a orientação de suspender o movimento grevista e entrar em estado de greve.

No TRT os servidores aprovaram por unanimidade suspender a paralisação. Mais de 80 servidores participaram da reunião, às 10h, em frente ao prédio da rua do Lavradio e ouviram informes e os esclarecimentos a respeito da nova proposta de reajuste. O anteprojeto aprovado pelos ministros dos tribunais superiores traz, entre outras conquistas, um reajuste de 56,42% sobre o vencimento básico e a manutenção da progressão funcional anual. A nova proposta deverá ser enviada pelo presidente do STF, ministro Gilmar Mendes, até o dia 10 de dezembro ao Congresso.

Os diretores do sindicato Willians Faustino e Nilton Pinheiro (foto no alto), ambos servidores do TRT, enaltecem a participação dos colegas na greve. “Vencemos com o envio da proposta, mas vencemos também o medo que havia de participar. É uma grande vitória do pessoal do TRT. Fomos a ponta de lança da greve. É um grande saldo do movimento”, disse Faustino, referindo-se aos 350 servidores do TRT que estiveram na passeata de mais de mil pessoas no dia 26 de novembro. Para Roberto Ponciano, o trabalho intenso da direção não será perdido no TRT. “Não existe mais o mito de que o TRT não se mobiliza”, garantiu.

A diretora do Sisejufe Lucilene Lima Araújo de Jesus não conteve a emoção. Disse que se sentia orgulhosa todas as vezes que olhava a lista de presença que, em alguns dias, teve mais de 200 assinaturas. “Chorava muito quando chegava em casa depois de um dia duro de greve e vendo que colegas estavam enfrentando chefes e

colegas que não participaram da mobilização”, disse ela. Os servidores presentes na assembleia aplaudiram longamente Lucilene em reconhecimento ao seu empenho no movimento. Outros servidores também fizeram, ao microfone, um balanço desses dias de greve como o representante sindical de base David Cordeiro e os servidores do TRT Vinícius Lisboa da Costa e Sérgio Feitosa.

JF Venezuela e Rio Branco e TRE Sede

Às 13h, houve três assembleias simultâneas. Em frente à Justiça Federal da avenida Venezuela a reunião teve a presença de 64 servidores e foi comandada pelos diretores sindicais Ricardo de Azevedo Soares, Dulavim de Oliveira Lima Jr., João Souza da Cunha e Marcelo Neres. De acordo com Ricardo, os servidores da JF Venezuela são verdadeiros “heróis da resistência”. “Com a aprovação do PCS pelo STF e com o compromisso firmado de envio ao Congresso Nacional, os trabalhadores do foro da avenida Venezuela decidiram suspender a greve que já durava onze dias”, sintetizou Ricardo.

No mesmo horário, em frente à SJRJ na avenida Rio Branco, os diretores Og Carramilo Barbosa, Márcio Cotta e Marcos André Leite Pereira encaminharam a suspensão da greve para um quórum também de 60 servidores. De acordo com Og, a luta que se avizinha, no Congresso Nacional, será certamente mais dura do que esta que acaba de ser vencida porque a categoria terá de enfrentar a direita política e a mídia conservadora – que pregam o Estado mínimo e consideram os servidores públicos “privilegiados”.

Em frente ao TRE, na avenida Presidente Wilson, os diretores Moisés Santos Leite e Valter Nogueira Alves deram os informes sobre a reunião de quarta à noite no STF e fizeram o balanço da greve. Valter apontou que, no Congresso, se deve trabalhar pela divisão do impacto orçamentário da revisão salarial em 3 ou 4 vezes, desde que não ultrapasse o período de janeiro de 2012. “Com isso estaremos contemplando a questão da Lei de Responsabilidade Fiscal”, frisou.



Às 17h, assembleia foi no TRF

No fim da tarde, foi a vez dos servidores do TRF, na rua do Acre, se reunirem para votar a suspensão do movimento grevista. A assembleia foi conduzida pela diretora sindical Mariana Liria que lembrou que se encerra “o primeiro momento da primeira batalha”.

Mariana lembrou as dificuldades pelas quais passa um movimento grevista: “Houve dias em que a gente veio para cá, para nossa mobilização, sem um informe novo sequer. E o que a gente tinha pra dizer era que a nossa situação estava ruim e precisávamos manter a mobilização”.

Da Redação*

“Quem antes não acreditava na competência do sindicato para organizar uma greve foi ganho pelo trabalho árduo mas também pelo fato de o sindicato trabalhar com a verdade. Repassando as informações com paciência de fazer o convencimento sem sectarismos nem violência. Foi uma greve em que ninguém colocou a mão no peito de ninguém. Ninguém ficou na greve à força. Isto é uma grande vitória. No TRT, por exemplo, metade dos servidores participou da passeata. Num dado momento da greve, metade dos cartórios estava fechado e só reabriram por pressão da Administração.”

Roberto Ponciano
Diretor do Sisejufe



Sisejufe abriga curso de formação da CUT

Movimento Sindical Curso de Organização e Representação Sindical de Base reúne diferentes gerações

Fotos: Henri Figueiredo

Henri Figueiredo*

Com o objetivo de formar novos dirigentes e representantes sindicais sobre a história, concepção, estrutura e organização da CUT e assim consolidar seu projeto político e disputar hegemonia na sociedade, aconteceu na sede do Sisejufe o primeiro módulo do curso de Organização e Representação Sindical de Base (ORSB), nos dias 4 e 5 de dezembro. O curso foi ministrado pelo historiador e assessor sindical Helder Molina. Para o diretor do Sisejufe e secretário de Formação da CUT Roberto Ponciano, o curso ajuda a renovar as lideranças sindicais no Rio. “É um curso de organização de base, dá os referenciais básicos, primeiros, para quem quer saber o que é sindicato, como agir nos momentos de luta e pressão, a importância da própria formação para que os dirigentes sindicais sejam vanguarda e possam levar, cada um na sua categoria, os interesses dos trabalhadores à vitória”, explica Ponciano.

Diferentes gerações de sindicalistas se reuniram no Sisejufe nesses dois dias. Foi o caso de Lucas Ferreira, de 25 anos, que é funcionário da Transpetro e integra o conselho fiscal do Sindpetro-RJ. Lucas apontou que a diferença do primeiro dia de curso foi o programa ter priori-

zado questões como a história e o hábito da leitura. “O ponto mais importante foi o modo diferente de ensino desenvolvido por Paulo Freire que traz uma nova visão até mesmo de como chegar na base e transmitir ideias. É importante ver o que a base já tem em mente e já aprendeu e não apenas jogar o que pensamos. A formação passa por conhecer as pessoas, o que pensam, o que acreditam e saber respeitar as pessoas”, disse Lucas.

Outra jovem participante, Priscila Lecker, de 33 anos, tem bem menos experiência sindical do que Lucas. Ela é maquiadora de TV há oito anos (hoje atuando na Rede Record) e integra a Secretaria de Finanças do Sindicato dos Radialistas do Rio de Janeiro. Priscila tem apenas 11 meses de atuação sindical e participou do primeiro módulo do curso com a expectativa de aprender como se portar dentro de uma diretoria. “Quando a CUT nasceu eu era uma criança e acho que com esse curso vou aprender muito da história política recente do Brasil. Em 1983, eu tinha apenas 7 anos. Fiquei assustada de como se fala em greve. Mas achei interessante e vou aprender muito sobre política, porque não passei por nenhuma dessas lutas”, confessa Priscila, se enchendo de coragem.



ORSB Módulo I: Helder Molina, Roberto Ponciano e Darby Igayara (presidente da CUT Rio) na abertura do curso



Lucas: “é importante ouvir a base”



Priscila: coragem e aprendizado



Clerio: sindicato cumprindo seu papel

A experiência também conta e é importante num curso de formação. Não só pela possibilidade de compartilhar histórias mas também pelo componente de reciclagem e atualização constante – necessários na vida profissional e política. Um exemplo é o ex-dirigente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da UFRJ (Sintuferj) Clerio Francisco Rosa, de 55 anos. Ativista

na área de Raça e Etnia, Clerio avalia que houve uma grande mudança na atuação dos sindicatos após o governo Lula. “O movimento sindical se uniu à esquerda partidária para contrapor o projeto da direita e elegemos o Presidente da República. Consequentemente nossa liderança sindical foi para dentro do governo e, por conta disso, o movimento sindical

tem uma dificuldade muito grande de cobrar do governo algumas ações. Por isso é preciso repensar o modelo sindical no país. Não quero dizer com isso que o governo é ruim, mas o sindicato tem um papel a cumprir e tem que cumpri-lo”, analisa Clerio.

*Da Redação.

Vitória jurídica do Sisejufe

STJ uniformiza a exegese que afasta a contribuição previdenciária sobre o adicional de 1/3 de férias e permite o questionamento contra a incidência de IR

Rudí Cassel*

Ao longo da história da tributação, que retrata capítulos em que a voracidade fiscal do Estado monárquico e absolutista submetia o cidadão à inviabilidade econômica, desenrolou-se um episódio mais recente que, felizmente, foi superado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) em favor da cidadania e dos servidores públicos. Note-se o recente julgamento do incidente de uniformização contido na Petição 7296, ocorrido em 28 de outubro de 2009. Na oportunidade, a 1ª Seção do STJ acolheu o incidente e manteve acórdão da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Fe-

derais, que concluiu pelo afastamento da contribuição previdenciária sobre o adicional constitucional de 1/3 de férias.

Ajustando-se aos precedentes do Supremo Tribunal Federal (STF), a decisão publicada em 10 de novembro de 2009 representa o mais importante avanço contra uma tendência que se instalava no STJ, em que vários acórdãos recentes reconheceram a possibilidade de se exigir contribuição sobre parcelas que não se incorporam aos proventos e, no caso do adicional de férias, sobre parcela com essência indenizatória.

A decisão proferida na Petição 7296, em que tivemos a oportu-

dade de intervir a favor de várias entidades dos servidores do Poder Judiciário da União, é importante por duas razões: (1) instituiu um marco que freia a excessiva abrangência que a expressão “solidariedade” estava adquirindo na estrutura contributiva dos regimes próprios de previdência; (2) afirma a natureza indenizatória do adicional de 1/3 de férias.

Com a consolidação da exegese do STJ, abrem-se aos servidores as certezas de que: (1) devem exigir a restituição das contribuições de 11% incidentes sobre o benefício, com retroatividade aos últimos 5 anos; (2) devem exigir

a suspensão permanente da contribuição sobre os adicionais das férias futuras; e (3) o adicional de 1/3 de férias, dado o caráter indenizatório, deixa de configurar base de cálculo ou fato gerador do imposto de renda, portanto pode ser exigida a devolução desse tributo, retroagindo aos últimos 10 anos (a retroatividade de 5 anos se aplica apenas ao imposto incidente a partir da vigência da LC 118/2005).

É mais um fato que merece a atenção qualificada das entidades representativas dos servidores do Poder Judiciário da União, verdadeiras responsáveis pela garantia agora pacificada pela jurisprudên-

cia, desde as primeiras impugnações judiciais ao desconto previdenciário sobre parcelas que não se incorporam aos proventos de aposentadoria.

O Sisejufe, que participou do incidente que consolidou a nova posição do STJ, dará à matéria o tratamento que ela merece, exigindo a suspensão e a devolução da contribuição e do imposto sobre o adicional de 1/3 de férias dos seus filiados.

*Advogado, diretor da CAA/DF e assessor jurídico para Brasília do Sisejufe, Sinjufego, Sitraemg, Sintrajud/SP, Sindjufe/BA, Aojus/DF e Fenassojaf.

Presidente da Ajuferjes declara apoio aos servidores

Entrevista Fabrício Fernandes de Castro, da 26ª Vara Federal, também critica a Frente Associativa

Um encontro entre dois magistrados, com a presença de servidores da Justiça Federal e diretores do Sisejufe, chamou a atenção para a extrema discordância de muitos juízes com a (im)postura política da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público da União – que é responsável pelo engavetamento do anteprojeto de revisão salarial dos servidores do Judiciário Federal. A reunião foi entre o juiz da 11ª Vara

Federal da SJRJ, Walner de Almeida Pinto, e o atual presidente da Associação dos Juizes Federais do Rio de Janeiro e Espírito Santo (Ajuferjes), Fabrício Fernandes de Castro. Presenciaram aquele encontro o analista judiciário da 11ª Vara, Alexandre dos Santos, e os diretores do sindicato Roberto Ponciano e Marcelo Neres, também servidores da JF. Ao ouvi-lo manifestar apoio à luta dos servidores do Judiciário, os servidores questionaram se o magistra-

do repetiria as declarações numa entrevista formal. O convite foi aceito e Castro, que está em férias da 26ª Vara Federal do Rio, recebeu a reportagem do Sisejufe no Leblon, onde mora, na noite de 26 de novembro. Segundo ele, que tem 8 anos de magistratura, a maioria dos juizes federais apoia a luta pela revisão salarial dos servidores, mas não são ouvidos pelos dirigentes nacionais da Ajuferjes. [Henri Figueiredo – Da Redação]



Foto: Henri Figueiredo

FABRÍCIO FERNANDES CASTRO:

“Existe uma distorção geral e não são os servidores do Judiciário Federal que têm de pagar o pato. Mas que a situação dos juizes tem de ser imediatamente corrigida, também não há dúvida. Nós temos que corrigir a nossa situação que está extremamente em desacordo com o texto da Constituição – mas não se faz isso tolhendo o direito do nosso servidor.”

Contraponto – O senhor não acha justa a reivindicação da categoria em equiparar os salários com as demais carreiras típicas de Estado?

Fabrício – Eu olho a questão remuneratória do Poder Judiciário, e não apenas dos servidores. Eu vejo hoje uma cena que me preocupa. Vejo, principalmente, o Poder Executivo contrário a reajustes salariais dentro do Poder Judiciário, seja de magistrados, seja de servidores. Sou totalmente favorável ao reajuste dos servidores e compreendo plenamente como justo o pleito dos servidores da Justiça Federal – e aí eu falo especificamente de quem eu conheço e convivo. Fazemos parte da mesma Casa e é fundamental a dignidade remuneratória tanto dos magistrados quanto dos servidores. Isso é em favor da população brasileira e do Poder Judiciário – porque eu vejo sinais e atitudes do governo federal no sentido do enfraquecimento deste poder e isso passa pelo enfraquecimento remuneratório. Conforme a Constituição, os juizes federais deveriam ser o teto remuneratório do serviço público e hoje vemos outras carreiras, hierarquicamente inferiores dentro do cenário político (como o MP, a Defensoria Pública dos Estados etc.) ganham muito, mas muito mais do que os juizes federais.

Contraponto – O sentimento da categoria dos servidores do Judiciário Federal é de traição por parte dos representantes dos magistrados, que agora interferem diretamente para alterar o anteprojeto de revisão salarial. O senhor acha que a luta remuneratória dos magistrados está

vinculada à luta por revisão salarial dos servidores? Não são demandas, lutas e categorias diferentes?

Fabrício – São categorias diferentes. Os juizes são agentes políticos e os servidores são funcionários públicos, *stricto sensu*. Mas são categorias diferentes que devem trabalhar unidas, pois fazemos parte do mesmo poder. Eu, Fabrício, apoio incondicionalmente o pleito justo e legítimo dos servidores.

Contraponto – Ao que o senhor atribui a postura da Frente Associativa?

Fabrício – Esse é um problema. Eu por exemplo não fui ouvido e nem me manifestei nesse sentido. Não só nessa como em outras questões. Não fui nem instado a me manifestar sobre essa questão. A Frente Associativa envolve carreiras que têm interesses muitas vezes contrários aos dos juizes federais, como o próprio Ministério Público que hoje está numa situação de extrema superioridade remuneratória. Qual é o ponto que, hoje, a maioria das associações regionais e seccionais de juizes federais defende: que haja uma reforma do modelo associativo que permita a inversão da pirâmide, no sentido de que as regionais e seccionais alimentem a nacional com os pleitos e não que sejam adotadas medidas verticais para que, simplesmente, uma diretoria eleita decida e se manifeste politicamente sem que aquela opinião reflita o sentimento dos juizes federais.

Contraponto – Como é o sentimento, aqui no Rio, em relação à greve dos servidores?

Fabrício – Eu conversei com di-

versos colegas e eles se disseram totalmente a favor da revisão salarial. E eu arrisco a dizer que a maioria dos juizes da Justiça Federal pensa assim. Não vou falar que essa é a postura institucional da Ajuferjes porque eu não fiz uma consulta pública a esse respeito. Hoje temos 145 magistrados filiados no Rio e no Espírito Santo – isso significa mais de 60% dos juizes federais desses dois estados. E nós temos apenas um ano de existência. Mas a maioria é favorável ao pleito dos servidores.

Contraponto – Isso pode distensionar a relação entre magistrados e servidores nesse momento, não é mesmo?

Fabrício – Com certeza, mas me permita, aqui, fazer uma crítica. Eu ouvi algumas manifestações de servidores que eram excessos e com as quais eu não concordo. Eram frases ofensivas aos magistrados e isso não é bom pra ninguém. [Nota da Redação: O diretor do Sisejufe Roberto Ponciano comenta: “O sindicato não pretende abrir guerra contra a magistratura e expor as vísceras do Judiciário. Isso não é bom pra ninguém e seria nos rebaixar à postura da Frente Associativa. Temos que nos concentrar no envio do nosso projeto”.]

Contraponto – O senhor tem contato com outros presidentes de associações análogas?

Fabrício – Permanentemente. E manifestam o mesmo sentimento. Conversei recentemente com o presidente da Ajuferjes, Gabriel Wedy, e ele manifestou-se em idêntico sentido do que estou dizendo aqui. Conversei com o presidente da Associação dos Juizes Federais das 3ª Região, que abrangem São Paulo e Mato Grosso do

Sul, o juiz federal Ricardo Nascimento, e da mesma forma ele é totalmente favorável ao pleito dos servidores.

Contraponto – Os senhores falam entre si, têm opiniões convergentes neste tema... o que seria possível fazer do ponto de vista político no sentido de apoiar a luta dos servidores?

Fabrício – A Frente Associativa é dissociada da opinião dos juizes federais. Ocorre que nós estamos montando uma chapa para concorrer à eleição da associação nacional, já agora em março. E nós vamos ganhar. Pode escrever que nós vamos ganhar. Eu vou ser candidato a vice-presidente pela 2ª Região e o candidato a presidente será o colega Gabriel Wedy. Nós vamos apresentar essa proposta de mudança tendo como bandeira essa inversão da pirâmide. E temos fé que vamos vencer porque a associação tem de refletir a vontade dos juizes, somos nós que pagamos a associação.

Contraponto – O que o senhor acha do suposto problema, visto por alguns magistrados, na aproximação da remuneração entre servidores em fim de car-

reira e juizes substitutos? Não é um falso argumento?

Fabrício – Eu tenho claro que, como a Constituição diz, os juizes federais são o teto remuneratório – e já não é o que acontece. Existe uma distorção geral e não são os servidores do Judiciário Federal que têm de pagar o pato. Mas que a situação dos juizes tem de ser imediatamente corrigida, também não há dúvida. Nós temos que corrigir a nossa situação que está extremamente em desacordo com o texto da Constituição – mas não se faz isso tolhendo o direito do nosso servidor.

Contraponto – O senhor tem acompanhado a luta dos servidores do Judiciário Federal no Rio?

Fabrício – Acho um movimento muito bonito e espero que não haja desvio do foco dos ataques, que não pode ser os juizes. Até porque quem dá o aumento não é o juiz. Se houve a manifestação de uma Frente Associativa, não foi uma manifestação dos juizes. Nós pretendemos que, ao tomarmos posse na associação, se Deus quiser, nossa opinião reflita sempre a opinião dos magistrados.

Sisejufe protocola representação na Corregedoria do TRF

Assédio Moral Denúncia contra servidora da 6ª Vara já tinha sido encaminhada à Direção da SJRJ

Após receber denúncia de assédio moral cometido por servidora da 6ª Vara Federal, o diretor do Foro Alexandre Libonatti, com base no artigo 13, inc. VII, da Lei 5.010/1966, encaminhou a representação que fora protocolada pelo sindicato em 27 de outubro à juíza titular da 6ª Vara Federal Regina Coeli para que tomasse as medidas cabíveis – o que não até o momento não ocorreu. Até agora, o Sisejufe não foi notificado da abertura de qualquer procedimento contra a servidora que teria praticado o assédio moral.

Antes de encaminhar a representação, diretores do Sisejufe conversaram com a juíza e com o diretor da Secretaria, superiores diretos de servidora à qual se imputa tal conduta mas, di-

ante da inércia deles, não restou alternativa senão a proposição da representação. Imputou-se à denunciada uma série de condutas que podem se afirmar como arbitrarias, dada a suspeita de falta de urbanidade no trato com seus colegas de trabalho que iriam desde pequenas provocações até graves insultos e, inclusive, com registro de suposta agressão física a alguns de seus colegas de reparição. Chegou ao conhecimento do Sisejufe que muitos dos fatos narrados na representação se agravaram. A denunciada, aos gritos, teria criticado e atacado não apenas seus colegas de trabalho, mas também alguns advogados e estagiários de Direito atendidos por ela no balcão da Vara.

Sisejufe requer também que a conduta da juíza Regina Coeli seja apurada já que ela não tomou providências diante de fatos graves que ocorrem na 6ª Vara Federal.

Ressalte-se que a denunciada, em duas oportunidades, assumiu a Direção da Secretaria da Vara (o que pode caracterizar o abuso de poder) em substituição ao

Diretor titular que, mesmo alertado sobre as supostas atitudes grosseiras e arbitrarias, não fez nada para sanar tais abusos, razão pela qual não restou ao Sisejufe alternativa senão a representação.

Pelo fato de a juíza Regina Coeli, até agora, não ter tomado providências, o sindicato encaminhou a denúncia diretamente à Corregedoria do TRF2 para instauração de procedimento administrativo disciplinar contra a denunciada. O Sisejufe requer também que a conduta da magistrada seja apurada pois o sindicato, servidores e o diretor do Foro levaram ao seu conhecimento fatos graves que ocorrem reiteradamente no cartório e no gabinete da 6ª Vara Federal. E tais fatos continuam

acontecendo naquele local de trabalho prejudicando a saúde da maioria dos servidores. Ao menos quatro servidores estão em tratamento de saúde e são acompanhados pela área psicossocial da SJRJ. Tudo em decorrência das práticas de assédio naquele setor.

O Sisejufe ressalta a importância de que seus filiados denunciem qualquer tipo de abuso de poder, pois tal conduta é plenamente incompatível com o serviço público e este sindicato não fugirá ao dever de apurar e denunciar cada um desses casos, buscando a punição devida aos infratores.

Da Redação com informações do Departamento Jurídico.

Morosidade na Corregedoria do TRF permite que juiz de Teresópolis volte a cometer assédio moral

Talvez encorajado pela demora da Corregedoria do TRF em tomar providências em relação às denúncias graves de assédio moral feitas pelo Sisejufe contra o juiz federal Alcir Luiz Lopes Coelho, o magistrado continuou a perseguir um servidor da Vara Federal de Teresópolis. Em junho de 2009, vários servidores procuraram o sindicato e denunciaram a prática de assédio moral por parte de Lopes Coelho. O sindicato acionou a Corregedoria do TRF que, no entanto, até agora não tomou quaisquer providências. Por conta disso, vários servidores não suportaram a pressão e pediram transferência da Vara de Teresópolis. Um desses servidores, Cleber Tavares Jr., não conseguiu ser transferido e se tornou o alvo predileto dos ataques do juiz federal. Ele foi atacado no seu trabalho: a supervisora do Juizado Especial, Adriana Kastrup, colocava propositalmente tarja de “urgente” em mandados não-urgentes no dia do plantão do oficial de justiça Cleber. Além disso, eram mandados dirigidos à zona rural.

Agora, no cúmulo da perse-

guição, o juiz federal Lopes Coelho ressuscita um fato funcional ocorrido em 10 de setembro de 2008. Na ocasião, o oficial de justiça Cleber Tavares Jr. não encontrou uma rua porque fora indicada em bairro diferente do correto. Em função disso, Lopes Coelho, 10 meses depois, ao sentenciar no processo determinou a abertura de procedimento criminal e administrativo pelo não-encontro da rua, sem declinar qual crime teria sido cometido em não se encontrar tal endereço. Ficou claro que a intenção era uma “revanche” contra as denúncias de assédio feitas contra ele pelos servidores, dentre os quais Cleber, o único que ainda permanece na Vara Federal de Teresópolis. Além do mais, o procurador da República, dono da ação penal, não viu crime nenhum no fato de que o endereço não fora encontrado.

“Em função disso, achei melhor buscar suporte jurídico no sindicato tendo em vista que é um verdadeiro absurdo. Se o fato de não se encontrar um endereço mal indicado fosse crime, os carteiros, oficiais de jus-

Oficial de justiça que é vítima de assédio moral tem três registros em sua folha funcional “por elevado espírito público e esmerada dedicação no desempenho de suas funções”.

tiça, entregadores de encomendas ou qualquer pessoa que procure um endereço poderiam ser alvo constante de ações criminais”, compara Cleber, que está há 13 anos na cidade serrana e, nesse período, tem três elogios registrados em sua folha funcional “por elevado espírito público e esmerada dedicação no desempenho de suas funções”, de acordo com certidão recente da Subsecretaria de Gestão de Pessoas da SJRJ.

Em 5 de março deste ano, Cleber e outro oficial de justi-



Foto: Henri Figueiredo

Cleber: oficial de justiça de Teresópolis esteve no Sisejufe em novembro

ça, hoje procurador da República, foram agredidos verbalmente por Lopes Coelho, após uma audiência. O motivo: ofereceram água mineral a um procurador, durante uma audiência presidida por Lopes Coelho. O juiz chegou a chamar Cleber de “puta velha” e que ele deveria saber que ele, o magistrado, e aquele procurador eram “inimigos”.

“O sindicato vai defender o servidor dessa acusação absurda para que ele não sofra nenhum tipo de sanção. O que o juiz está fazendo é cometer novamente assédio moral. Diante da insistência do magistrado em perseguir os servidores, o

Sisejufe, além de denunciar todo ataque que ele perpetrar, vai promover um ato público de desagravo aos servidores na porta do Vara Federal de Teresópolis”, anuncia Roberto Ponciano. De acordo com o diretor sindical, caso a Corregedoria do TRF não tome as providências cabíveis no prazo legal, o sindicato irá ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para denunciar Lopes Coelho. “Este é mais um caso absurdo em que uma vítima de assédio moral acaba virando réu cível e criminalmente”, conclui Ponciano.

*Da Redação.

Comece o Ano Novo matriculado nos cursos de Espanhol e Inglês do Sisejufe

Formação Sindicato já preparou o calendário de seus cursos para 2010. Matricule-se já!

Ano Novo, programação nova. O Departamento de Cultura, Formação, Esporte e Lazer do Sisejufe já preparou o calendário de cursos para 2010. Há vagas nas aulas de Espanhol e Inglês, tanto para iniciantes quanto para quem já tem alguma noção de língua estrangeira. As inscrições já podem ser feitas e é preciso ser sindicalizado. Não serão aceitas matrículas de servidores do Judiciário não filiados ao Sisejufe. Quem não for associado pode preencher a ficha de sindicalização (disponível em nossa página na internet) e fazer a matrícula. Trabalhadores sindicalizados de outros sindicatos filiados à Central Única dos Trabalhadores (CUT) do Rio também podem participar. Basta entrar em contato com o sindicato no telefone 2215-2443.

No curso de inglês, o Sisejufe oferece aulas de conversação e um nível pré-intermediário, para quem tem um mínimo de conhecimento do idioma. No curso de espanhol, há a chance de finalmente dominar o idioma de Cervantes, Neruda e Lorca com professores graduados e supervisão de mestre na língua castelhana. Há aulas durante a semana e aos sábados. Garanta já sua vaga porque as inscrições são limitadas.

O pagamento da primeira mensalidade será efetuado na primeira aula. Se os alunos quiserem conhecer o curso, podem comparecer,

gratuitamente a alguma aula de tópico das que ministraremos em janeiro. Mais informações com Roberto Ponciano pelo 9189-9746 ou roberto@sisejufe.org.br/.

Inscrições com Roberto Marins ou emailformacao@sisejufe.org.br.

PROGRAMAÇÃO

Espanhol

Iniciantes – Terça e quinta das 9h30min às 11h. Aulas na sede da rua Senador Dantas.

Turmas regulares – Terças e quintas durante das 15h às 16h30m (turma para aposentados e dependentes). Aulas na sede Presidente Vargas.

Duração: 2 anos. Investimento: R\$ 40 para servidores filiados ao sindicato ou de sindicatos filiados à CUT. Dependentes: R\$ 50. Demais convidados: R\$ 70.

Iniciantes Espanhol CUT/Sisejufe – Sábados, de 8h às 12 horas (aulas na Presidente Vargas e, excepcionalmente, na Senador Dantas). Preços: R\$ 50 para trabalhadores filiados aos sindicatos da CUT (incluindo o Sisejufe). R\$ 60 para dependentes. Convidados outros: R\$ 70.

Curso de tópicos avançados de espanhol (exige conhecimento prévio de nível intermediário).

Quartas-feiras à noite na sede Senador Dantas. Valor único: R\$ 70

Início das aulas

Turmas das terças e quintas: 23



Turma de Inglês: parte dos alunos do nível Intermediário reunidos na última aula do ano, em 30 de novembro, com a professora Silvana Amorim (sentada à esquerda)

de fevereiro de 2010.

Turma de tópicos: 24 de fevereiro de 2010.

Turma de sábado: 27 de fevereiro de 2010.

Inglês

Conversação – para quem já tem conhecimento em Nível Intermediário. Às segundas e quartas a partir de 22 de fevereiro, de 9h30m às 11h.

Nível Pré-intermediário – para quem já tem um mínimo de conhecimento do idioma. Às terças e quintas a partir de 2 de fevereiro, de 9h às 10h30m.

Preços: R\$ 40 para sindicaliza-

dos do Sisejufe e demais sindicatos da CUT.

R\$ 50 para dependentes dos sindicalizados.

R\$ 70 para convidados dos associados.

Curso Livre de Língua Inglesa

Nível Pré-intermediário e Intermediário – Continuação do Curso Básico iniciado em março de 2009. Com aulas expositivas, interativas, ênfase na conversação. Uso de livro didático, DVD, filmes, música. Exercícios domiciliares. Avaliação oral e escrita. Um ano de duração.

Início: 2 de fevereiro de 2010.

Término: 30 de novembro de 2010

Total: 150 horas aula

Programa para Curso de Conversação em Nível Intermediário

Carga horária: 140 horas

Início: 22 de fevereiro de 2010

Término: 30 de novembro de 2010

Segundas e quartas de 9h30min às 11h

Local: Sisejufe sede da Presidente Vargas

*Departamento de Cultura, Formação, Esporte e Lazer

Núcleo dos Aposentados encerra ano em clima de descontração

A reunião de encerramento das atividades do ano de 2009 do Núcleo de Aposentados e Pensionistas do Sisejufe, em 1º de dezembro, foi um sucesso. Num clima de descontração, a reunião foi dividida em quatro blocos. O encontro iniciou com um verdadeiro passeio por diversos roteiros de “Venturas e Aventuras” projetados no telão do auditório do Sisejufe pelo competente e atencioso representante da ANC Viagens e Turismo (nossa conveniada) – foi uma excelente aula de ecoturismo. Ao final, foram sorteados brindes.

No segundo bloco, as diretoras Vera Lúcia Pinheiro dos Santos e Lucilene Lima Araújo de Jesus deram informes rela-

tivos às atividades do sindicato, notadamente sobre a construção da greve do Judiciário Federal, visando à revisão salarial dos servidores, e sobre a reunião do Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas (Mosap), da qual as mesmas participaram, assessoradas pelo advogado André Macedo, representante do escritório Cassel e Carneiro Advogados. A reunião aconteceu no dia 29 de outubro de 2009, em Brasília.

No terceiro bloco, o assessor jurídico do Sisejufe para Brasília, Rudí Cassel, deu explicações sobre as principais ações judiciais em substituição processual, para aposentados e pensionistas, propostas pelo sindicato,

sob a responsabilidade do Departamento Jurídico, com resumo dos temas e situação dos processos até aquela data.

A reunião-confraternização foi encerrada com os artistas Du Basconça e Lisa de Ambrósio – violão e voz, respectivamente. Du Basconça é Prata da Casa, servidor que é da Justiça Federal. Lisa está sempre presente nos momentos de descontração e alegria, privilegiando o Núcleo dos Aposentados e Pensionistas com seu repertório e voz excelentes. Bolo, salgadinhos e refrigerantes também estiveram presentes – afinal é um trio não pode faltar nesses encontros.

O Núcleo de Aposentados e Pensionistas agradece a todos e



Terceiro bloco: advogado Cassel explica a aposentados as ações do sindicato

a todas que conosco compartilharam momentos, somando expectativas, multiplicando emoções e nos ajudando a manter forte e cada vez mais coeso este importante coletivo do nosso Sisejufe.

FELIZ NATAL E UM ANO NOVO CHEIO DE SAÚDE E PAZ!

*Da Redação com informações das diretoras sindicais Lucilene Lima e Vera Lúcia Pinheiro dos Santos.

Foto: Henri Figueiredo